

Lógica do Poder

Por “poder” costuma entender-se a seguinte relação causal: o poder do eu é a causa que ocasiona no outro um determinado comportamento contra a sua vontade. O poder torna o eu capaz de impor as *suas* decisões sem necessidade de ter em conta o outro. O poder do eu restringe a liberdade do outro. O outro sofre a vontade do eu como alguma coisa que resulta ser-lhe alheia. Esta noção habitual de poder não presta justiça à sua complexidade.

O acontecimento do poder não se esgota no intuito de vencer a resistência ou de forçar uma obediência. O poder não tem necessidade de assumir a forma de uma coerção. O facto de poder forjar-se uma vontade contrária que enfrente o soberano testemunha a fraqueza do seu poder. Quanto mais poderoso é o poder, *mais secretamente* opera. Quando tem de insistir expressamente na sua própria afirmação, ei-lo já enfraquecido². O poder também não consiste na “neutralização da vontade”³.

2 Ulrich Beck tem razão quando diz: “A evidência, o esquecimento e a grandeza do poder correlacionam-se positivamente. Pode dizer-se que o poder está inquestionavelmente aí onde ninguém fala de poder, e que a segurança e a grandeza acompanham a sua inquestionabilidade. Quando o poder se transforma em tema, começa a sua desintegração.” U. Beck, *Macht und Gegenmacht im globalen Zeitalter. Neue weltpolitische Ökonomie*, Frankfurt, 2002, p. 105.

3 Cf. N. Luhmann, *Macht*, Estugarda, 1975, p. 11 e sgs.: “Precisamente a existência de uma inclinação do poder e de uma decisão tomada como ato de poder e que se pode antecipar [...] de facto faz que se torne para o súbdito absurdo forjar uma vontade. E é

A neutralização da vontade consiste em que, existindo do lado do súbdito uma inclinação do poder, não chega a forjar-se no súbdito uma vontade própria, uma vez que, de todos os modos, ele tem de se moldar segundo a vontade do soberano. O soberano dirige-o quando o súbdito tem de escolher as possibilidades da sua ação. Mas há igualmente formas de poder que vão para lá desta “neutralização da vontade”.

Há um sinal de poder superior quando o súbdito *quer* expressamente, por si mesmo, o que quer o soberano: quando o súbdito obedece à vontade do soberano *como se fosse a sua própria vontade* — ou até mesmo a *antecipa*. Bem vistas as coisas, aquilo que o súbdito faria *de todos os modos*, pode sublimá-lo, transformando-o em conteúdo da vontade do soberano, realizando-o sob a forma de um “sim” enfático endereçado ao soberano. É assim que, no meio do poder, o mesmo conteúdo da ação obtém uma forma diferente pelo facto de o súbdito afirmar o fazer do soberano ou o assimilar como se fosse o seu *próprio* fazer. Quer dizer, o poder é um *fenómeno de forma*. O aspeto decisivo é o de *como se motiva* uma ação. A frase que expressa a presença no espaço de um poder superior não é “seja como for, tenho de o fazer”, mas “quero fazê-lo”. A resposta a um poder superior não é a negativa interior, mas a afirmação enfática.⁴ A causalidade não pode descrever adequadamente a res-

nisso justamente que consiste a função do poder: assegurar a possibilidade de concatenações de efeitos independentemente da vontade de quem age submetido ao poder, quer o queira e quer não. A causalidade do poder consiste em neutralizar a vontade do súbdito, mas não forçosamente em vencê-la. A causalidade do poder alcança também o súbdito e precisamente quando ele deveria agir com a sua própria intenção e, ao fazê-lo, se dá conta de que, seja como for, é isso que tem de fazer.”

4 Pelo contrário, se se equiparar o poder à coerção e à opressão, então, interpretá-lo-emos como a capacidade de dizer “não”. Mas, desse modo, não se considera o bastante que, na realidade, o “sim” é a expressão de um poder superior. O “sim” não resulta necessariamente da impotência. Cf. W. Sofsky e R. Paris, *Figurationen sozialer Macht. Autorität-Stellvertretung-Koalition*, Frankfurt, 1994, p. 9: “Uma sociedade sem poder seria uma sociedade de pessoas que só diriam ‘sim’. Quem quisesse eliminá-la teria de privar todos da possibilidade de dizerem ‘não’. Porque o agir de alguém termina na resistência de outrem, na sua autonomia e na sua liberdade — que não é possível iludir — no momento em que pode fazer alguma coisa diferente daquilo que se espera que faça. É contra isso que o poder age. O poder aumenta a liberdade de alguém contra

posta em causa, porque o poder não funciona aqui como um impulso mecânico que se limita a desviar um corpo da direção original do seu percurso, mas antes como um campo em cujo interior esse corpo se move em *liberdade*.

O modelo da coerção não presta justiça à complexidade do poder. O poder como coerção consiste em impor decisões próprias *contra* a vontade do outro. Mostra um grau de intermediação muito reduzido. O eu e o outro comportam-se em termos antagónicos. O eu já não é recebido na *alma* do outro. Pelo contrário, o poder que não opera *contra* o projeto de ação do outro, mas *a partir dele*, contém um grau de intermediação muito maior.

Um poder superior é um poder que configura o futuro do outro e não um poder que o bloqueia. Em vez de proceder contra uma determinada ação do outro, o poder influi ou trabalha sobre o meio que rodeia a ação ou sobre os preliminares da ação de outrem, de modo que este se decide *voluntariamente* — e também sem sanções negativas — pelo que corresponde à vontade do eu. Sem qualquer exercício de poder, o soberano ocupa o seu lugar na *alma* de outrem.

O modelo da causalidade não é capaz de descrever relações complexas. A vida orgânica subtrai-se à relação de causalidade. Ao contrário da coisa inanimada e passiva, o organismo não permite, sem mais, que a causa exterior venha repercutir-se nele sem a sua intervenção. É antes *com autonomia* que reage à causa. É justamente uma tal capacidade de resposta autónoma à motivação externa que caracteriza o orgânico. Pelo contrário, uma coisa inanimada não *responde*.

A qualidade peculiar do ser vivo consiste em interromper a causa exterior, transformando-a e fazendo começar em si alguma coisa de novo. Por exemplo, embora o ser vivo necessite de alimento, o alimento não é a causa da sua vida. Supondo que aqui se possa ainda falar em geral de causa, então é o próprio

a de outrem, vencendo o seu 'não' e negando a sua liberdade. O poder é a liberdade de destruir a liberdade."

ser vivo que tem o *poder de transformar* o que para ele é exterior em causa de determinados processos orgânicos. Quer dizer, estes processos orgânicos não são uma mera repetição no seu interior da causa externa. São antes contribuições próprias, decisões próprias do ser vivo. O ser vivo reage ao exterior com autonomia. A causa externa não é mais do que uma das muitas motivações possíveis que o próprio ser vivo determina como causa.

O ser vivo nunca sofre a causa externa de modo passivo. Sem contribuição e decisão por parte do interior, a causa externa não chegaria nunca a repercutir-se. Não há prolongamento imediato do exterior no interior, como sucede no caso da transmissão de energia cinética de um corpo para outro. A categoria da causalidade é ainda menos apropriada para a descrição da vida *espiritual*. A complexidade da vida espiritual provoca a complexidade do acontecimento do poder, que não se pode traduzir numa relação linear de causa e efeito. É esta complexidade que distingue o poder da violência física, através da qual se poderia conseguir a causalidade simples de força — ou de fortaleza e efeito. É nesta redução da complexidade que viria a consistir a vantagem da violência física.

O acontecimento complexo do poder também não se pode descrever adequadamente como uma simples aritmética. Um poder de oposição, ainda que não mais do que reduzido, pode causar danos sensíveis numa supremacia. Através dele, até mesmo um inimigo fraco adquire grande importância e, por conseguinte, muito poder. Do mesmo modo, certas constelações políticas podem outorgar muito poder a um partido ou a uma nação fraca. E as interdependências complexas asseguram que o poder seja recíproco. Por exemplo, se o eu requer a colaboração de outro, surge assim uma dependência do eu relativamente ao outro. O eu já não pode formular nem impor as suas exigências sem ter o outro em consideração, uma vez que o outro dispõe da possibilidade de reagir à coerção do eu, renunciando, por exemplo, à sua colaboração — o que deixaria o eu numa situação difícil. É deste modo que a dependência do

eu relativamente ao outro pode permitir, a este último, perceber e aplicar essa situação como uma fonte de poder. Até mesmo os muito fracos podem comutar a sua impotência em poder se souberem usar com habilidade as normas culturais.

Além disso, é necessário ter em conta a múltipla dialética do poder. O modelo de poder hierárquico, segundo o qual o poder irradia simplesmente de cima para baixo, não é dialético. Quanto mais poder tenha um soberano, mais exigirá, por exemplo, do conselho e da colaboração dos subordinados. Poderá mandar muito, mas, devido à complexidade crescente, o poder fáctico transmitir-se-á aos seus conselheiros, que lhe dirão aquilo que deverá mandar. As dependências múltiplas do soberano passam a ser fontes de poder para os subordinados, conduzindo a uma *dispersão estrutural do poder*.

Persiste fortemente a opinião de que o poder exclui a liberdade. Mas o que sucede não é isso. O poder do eu logra o seu nível máximo precisamente na constelação em que o outro se molda voluntariamente à sua vontade. O eu não verga o outro. Um *poder livre* não é um oxímoro. O poder livre significa que o outro obedece livremente ao eu. Quem queira obter um poder absoluto terá de *usar* não da violência, mas da liberdade do outro. Esse poder absoluto ter-se-á alcançado no momento em que a liberdade e a submissão coincidam por completo.

Mas o poder que opera através de ordens e o poder que assenta na liberdade e no óbvio não são dois modelos opostos. Distinguem-se apenas na sua *manifestação*. Se os elevarmos a um nível abstrato, revelarão a estrutura que lhes é comum. O poder capacita o eu *para se recuperar a si mesmo no outro*. Gera uma *continuidade de si mesmo*. O eu realiza no outro as suas *próprias* decisões. Assim, o eu *continua-se* no outro. O poder proporciona ao outro *espaços* que são os *seus*, e nos quais, apesar da presença do outro, é capaz de se recuperar *a si mesmo*. Torna o soberano capaz de regressar a *si mesmo* no outro. Trata-se de uma continuidade que pode ser alcançada tanto através da coerção como do uso da liberdade. No caso da obediência que se cumpre em liberdade, a continuidade do eu é muito estável: ei-lo